

Centro De Estudos E Pesquisas “Dr. João Amorim” - Organização Social M'boi Mirim - PMSP

CNPJ. : 66.518.267/0002-64

Demonstrações Contábeis Exercício de 2023

Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)			
Ativo	Notas	2023	2022
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	4	33.700.493,61	25.511.532,63
Adiantamentos a Fornecedores		51.724,63	1.924,35
Adiantamentos a Empregados	5	3.973.800,11	3.701.497,65
Adiantamentos para Despesas		1.292,74	15.272,90
Impostos Recuperáveis		12.012,37	11.521,51
Créditos de Contratos de Gestão e Convênios	6	75.175.493,28	73.426.756,69
Outros Créditos		113.566,16	105.374,46
		1.964.670,58	-
Reservas para Contingências	7	32.263.067,04	28.091.729,09
Despesas Antecipadas		187.512,15	231.891,89
		147.443.632,67	131.097.501,17
Ativo não Circulante			
Imobilizado	8	10.943.569,78	10.955.370,15
Intangível	9	21.568,81	40.693,15
		10.965.138,59	10.996.063,30
Total do Ativo		158.408.771,26	142.093.564,47

Demonstrações Contábeis Exercício de 2023			
Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2023	2022
Passivo Circulante			
Fornecedores		12.634.135,44	9.483.710,81
Obrigações Trabalhistas	10	24.801.332,94	21.232.607,86
Obrigações Sociais e Fiscais	11	20.616.456,51	17.962.459,72
Empréstimos Bancários		3.245.000,00	-
Contas a Pagar		3.726.764,34	2.786.904,09
Provisões para Férias e Encargos		40.228.256,20	38.436.376,71
		105.251.945,43	89.902.059,19
Passivo não Circulante			
Provisões para Contingências	12	317.654,66	2.648.030,95
Contas a Pagar		29.317,93	49.896,07
Recursos Governamentais a Realizar		1.775.342,28	1.658.684,96
Bens Públicos em nosso poder	13	10.965.138,59	10.996.063,30
		13.087.453,46	13.681.954,21
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social		38.509.551,07	66.441.123,04
Déficit / Superávit do Exercício	26	6.830.115,17	(25.173.355,30)
Transferências Patrimoniais		(5.270.293,87)	(2.758.216,67)
		40.069.372,37	38.509.551,07
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		158.408.771,26	142.093.564,47

Demonstração dos Resultados dos Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)			
	Notas	2023	2022
Receitas Líquidas			
Contratos de Gestão e Convênios	14	657.093.397,65	563.165.270,18
Realização de Bens	15	658.872.211,74	564.072.769,30
Públicos em nosso poder		1.233.955,19	1.259.139,35
(-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado	3.g	(1.202.540,26)	(2.166.638,47)
(-) Glosas sobre Contratos e Convênios		(1.810.229,02)	-
Custos		(637.818.757,75)	(565.961.402,16)
Pessoal e Reflexo	17	522.163.844,26	(468.271.987,30)
Serviços Terceirizados	18	(105.559.055,20)	(87.940.775,70)
Medicamentos e Materiais de Consumo	19	(10.095.858,29)	(9.748.639,16)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	24	(117.169.173,97)	(108.432.532,70)
(-) Isenção da CPP Usufruída	24	117.169.173,97	108.432.532,70
(= Resultado Bruto)		19.274.639,90	(2.796.131,98)
Despesas			
Impostos, Taxas e Contribuições	26	(23.987.339,70)	(27.232.736,43)
Despesas Gerais	20	(140.589,80)	(129.418,34)
		(23.846.749,90)	(27.103.318,09)

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)				
	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	72.515.004,81	(6.069.971,92)	(3.909,85)	66.441.123,04
Incorporação do Superávit/Déficit	(6.069.971,92)	6.069.971,92	-	-
Incorporação das Transferências Patrimoniais	(3.909,85)	-	3.909,85	-
Transferências Patrimoniais	-	-	(2.758.216,67)	(2.758.216,67)
Superávit/Déficit do Exercício	-	(25.173.355,30)	-	(25.173.355,30)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	66.441.123,04	(25.173.355,30)	(2.758.216,67)	38.509.551,07
Incorporação do Superávit/Déficit	(25.173.355,30)	25.173.355,30	-	-
Incorporação das Transferências Patrimoniais	(2.758.216,67)	-	2.758.216,67	-
Transferências Patrimoniais	-	-	(5.270.293,87)	(5.270.293,87)
Superávit/Déficit do Exercício	-	6.830.115,17	-	6.830.115,17
Saldo em 31 de dezembro de 2023	38.509.551,07	6.830.115,17	(5.270.293,87)	40.069.372,37

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)

1. Contexto Operacional: O Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” - CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertiooga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de “Voluntariado”, “Deficiente Saudável”, “Integração com a Comunidade”, “Meio Ambiente” e “PAISM - Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher”, executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fernando Prouença de Gouvêa. O CEJAM mantém junto à Prefeitura do Município de São Paulo o contrato de gestão nº R 006/2015: visando o gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde em unidades de saúde da rede assistencial do distrito administrativo Jardim Ângela da Supervisão Técnica de Saúde M'Boi Mirim e do distrito administrativo Capão Redondo da Supervisão Técnica de Saúde Campo Limpo, com prazo de vigência de 60 meses; As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade.

2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis:
2.a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficiárias de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficiárias de assistência social.
2.b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.
2.d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados.
3. Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.a) Instrumentos financeiros: • **Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. • **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. • **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2023 e 2022.
3.b) Imobilizado: • **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2023 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2022. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benfeitorias: 25 anos; • Instalações: 10 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos; • Veículos: 5 anos.
3.c) Intangível: • **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.
3.d) Redução ao valor recuperável (impairment): • **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apre-

sentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.
3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável): Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
3.f) Patrimônio líquido: Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/débitos apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.
3.g) Receitas: As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão e convênios, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
3.h) Despesas: As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.
3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.
3.j) Apuração do resultado: O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa Fundo Fixo			
	2023	2022	
Fundo Fixo de Caixa	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	1.000,00	1.000,00	1.000,00

Banco - Conta Movimento			
	2023	2022	
Banco Santander (Brasil) S.A.	15.684.676,72	44,28	
Banco Bradesco S.A.	1,00	39,07	
	15.684.677,72	83,35	

Banco - Aplicações Financeiras			
	2023	2022	
Banco do Brasil S.A.	303.169,09	852.657,65	
Banco Santander (Brasil) S.A.	6.704.124,12	14.925.820,42	
Banco Bradesco S.A.	11.007.522,68	9.731.971,21	
	18.014.815,89	25.510.449,28	

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

5. Adiantamento a Empregados			
	2023	2022	
Adiantamentos de Férias	3.973.800,11	3.701.497,65	
	3.973.800,11	3.701.497,65	

6. Créditos de Contratos de Gestão e Convênio			
	2023	2022	
Contrato de Gestão R006/2016 (Jd. Angela/Capão Redondo)	99.631.078,84	97.882.342,25	
(-) Provisão Para Devedores Duvidosos	(24.455.585,56)	(24.455.585,56)	
	75.175.493,28	73.426.756,69	

Por deliberação de sua diretoria, a Entidade está provisionando como perda por crédito de liquidação duvidosa sobre o saldo a receber da Prefeitura Municipal de São Paulo, o montante considerado como suficiente para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização do contas a receber.
7. Reserva para Contingências: Prudentemente, a entidade constituiu reserva para contingências para dar cobertura a fatos extraordinários previsíveis, tais como desmobilização de pessoal por conta de término de contrato de gestão. Tal reserva é mantida em instituição bancária de primeira linha, em conta de aplicação financeira atrelada ao CDI.

Reserva para Contingências			
	2023	2022	
Banco Santander (Brasil) S.A.	32.263.067,04	28.091.729,09	
	32.263.067,04	28.091.729,09	

8. Imobilizado			
	Taxa	2023	2022
Benfeitorias em Imóveis	4%	10.881.525,36	10.047.950,45
Instalações	10%	242.251,88	115.649,00
Máquinas e Equipamentos	10%	3.616.241,63	3.575.578,73
Equipamentos de Uso Médico	10%	5.138.033,52	5.062.309,72
Aparelhos e Inst. de Uso Médico	10%	1.463.160,14	1.463.160,14
Equipamentos de Informática	20%	2.125.260,89	2.100.492,68
Móveis e Utensílios	10%	2.759.171,95	2.657.964,39
(-) Depreciação Acumulada		(15.282.075,59)	(14.067.734,96)
		10.943.569,78	10.955.370,15

Conforme preceituado no contrato de gestão e convênios firmados entre o CEJAM e a Prefeitura do Município de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos instrumentos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

9. Intangível			
	Taxa	2023	2022
Intangível de Gestão Pública			
Direito de Uso de Sistemas	20%	382.077,73	382.077,73
(-) Amortização Acumulada		(360.508,92)	(341.384,58)
		21.568,81	40.693,15

Demonstração dos Resultados dos Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)			
	Notas	2023	2022
Atividades Operacionais			
Superávit / (Déficit) do Exercício (Aumento) Redução do Ativo		6.830.115,17	(25.173.355,30)
Adiantamentos a Fornecedores		(49.800,28)	(855,55)
Adiantamentos a Empregados		(272.302,46)	1.197.771,07
Adiantamentos para Despesas		13.980,16	(3.298,11)
Impostos Recuperáveis		(490,86)	288.136,18
Créditos com Convênios		(1.748.736,59)	53.043.882,40
Outros Créditos		(4.179.529,65)	(2.221.636,43)
Estoques		(1.964.670,58)	-
Despesas Antecipadas		44.379,74	(86.274,24)
Aumento (Redução) do Passivo			
Fornecedores		3.150.424,63	(5.480.573,17)
Obrigações Trabalhistas		3.568.725,08	(11.260.581,31)
Obrigações Sociais e Fiscais		2.653.996,79	(352.185,26)
Provisões para Férias e Encargos		1.791.879,49	(24.023.741,73)
Provisão para Contingências		(2.330.376,29)	
Outras Obrigações		2.706.660,50	(1.664.913,73)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		10.214.254,85	(15.737.625,18)
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública		(3.030.730,87)	(3.030.730,87)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		(3.030.730,87)	(3.030.730,87)
Atividades de Financiamento			
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado		3.030.730,87	3.030.730,87
Recebimento (Pagamento) de Empréstimos		3.245.000,00	-
Incorporação ao Patrimônio Líquido		(5.270.293,87)	(2.758.216,67)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento		1.005.437,00	272.514,20
Varição Líquida nas Disponibilidades Caixa e Equivalentes de Caixa		8.188.960,98	(18.495.841,85)
Disponibilidades no Início do Exercício		25.511.532,63	44.007.374,48
Disponibilidades no Final do Exercício		33.700.493,61	25.511.532,63
Varição Líquida nas Disponibilidades		8.188.960,98	

15. **Receitas com Contratos de Gestão e Convênios**

	2023	2022
Contrato de Gestão R006/2015 (Jd. Ângela/Capão Redondo)	658.872.211,74	564.072.769,30
16. Receitas e Despesas Financeiras	2023	2022
Rendimentos de Aplicações Financeiras	8.392.711,24	4.912.631,39
Descontos Obtidos	154.997,53	787,26
(-) Despesas Bancárias	(98.028,86)	(97.390,85)
(-) Juros e Mora Comerciais	(9.448,71)	(20.199,32)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(1,13)	(28.201,11)
	8.440.230,07	4.767.627,37
17. Custos com Pessoal Próprio	2023	2022
Remunerações	431.733.571,82	394.737.512,58
Benefícios	50.456.724,56	38.247.666,61
Encargos Sociais	39.973.547,88	35.286.808,11
	522.163.844,26	468.271.987,30
18. Custos com Serviços Terceirizados	2023	2022
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	56.630.859,36	45.484.420,10
Serviços Diversos por Pessoas Jurídicas	48.552.900,78	42.157.902,09
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	375.295,06	298.453,51
	105.559.055,20	87.940.775,70
19. Custos com Medicamentos e Materiais de Consumo	2023	2022
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	4.353.724,32	4.694.941,01
Materiais de Consumo	2.709.477,84	2.327.641,81
Materiais de Conservação e Reparos	2.192.912,26	1.981.599,52
Outros Materiais e Insumos	839.743,87	744.456,82
	10.095.858,29	9.748.639,16
20. Despesas Gerais	2023	2022
Contas de Consumo	4.304.220,18	3.688.607,14
Aluguéis (Imóveis, Veículos, Equipamentos e Aparelhos)	12.760.644,68	10.967.132,03

Dr. Mário Santoro Junior - Gerente de Desenvolvimento Institucional

Administrativas	4.917.373,56	2.196.405,41
Bens Não Imobilizados	299.762,23	302.875,38
Reformas e Benefeitorias	-	21.152,65
Outras Despesas Gerais	1.564.749,25	9.927.145,48
	23.846.749,90	27.103.318,09

21. Coberturas de Seguros: A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

22. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos: A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **23. Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS):** Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024**. **24. Imunidade das Contribuições Previdenciárias (Quota Patronal):** A entidade é imune as Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses

valores anuais equivalem à imunidade alcançada nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A imunidade das contribuições sociais usufruídas no ano de 2023 foi de R\$ 117.169.173,97 e do ano de 2022 foi de R\$ 108.432.532,70 e está registrada em conta própria de "Compensação da Imunidade da Patronal Previdenciária", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Imunidade das Contribuições Previdenciárias	2023	2022
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(117.094.114,95)	(108.372.841,98)
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(75.059,02)	(59.690,72)
	(117.169.173,97)	(108.432.532,70)
(-) Imunidade Usufruída		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	117.094.114,95	108.372.841,98
(-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por. Pessoas Físicas	75.059,02	59.690,72
	0,00	0,00

25. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. **26. Superávit/Déficit do Exercício:** O Superávit do exercício de 2023 foi de R\$ 6.830.115,17 e em 2022 o Déficit foi de R\$ 25.173.355,30. São Paulo, 31 de dezembro de 2023.

Alexandre Papi - Contador CRC nº 1SP130223/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - Organização Social M'boi Mirim - PMSP, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com

as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 11 de abril de 2024. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP - 024298/O-3; Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior** - Contador - CRC/RS "S" - SP- 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04.